



# RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
04031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023**



O Relatório Institucional de Monitoramento é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO das unidades orçamentárias.

Inicialmente, o relatório exibe, de forma sintética e por programa, o desempenho físico e orçamentário das ações de responsabilidade do órgão/entidade, tomando como referência a programação inicial das metas físicas e orçamentárias.

O planejamento das metas físicas e orçamentárias das ações é realizado durante a fase de elaboração do PPAG e de suas revisões, bem como durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Já a programação inicial das metas é realizada, após a sanção do PPAG e da LOA, pelos gestores responsáveis pelas ações e registrada no módulo de monitoramento do SIGPlan, viabilizando aferir com antecedência o desempenho das ações no que se refere ao alcance das metas estabelecidas no plano.

**Desempenho Consolidado da Ação oferece uma rápida visualização do desempenho físico e orçamentário da ação, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "sem meta estabelecida", "sem execução", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:**

- Status satisfatório: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada;
- Status crítico: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada;
- Status subestimado: dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada;
- Status sem execução: classificam-se nessa categoria as ações que possuem meta programada até o período analisado, mas que não a executaram até o momento. Seriam, portanto, aquelas ações que possuem desempenho igual a 0%;

Com a entrada em vigor do PPAG 2020-2023, a alocação das despesas de pessoal e auxílio dos órgãos e entidades governamentais tornou-se descentralizada. Desse modo, registram-se nas ações, além das despesas de custeio e de investimento necessárias à consecução das políticas públicas, as despesas de remuneração da força de trabalho que contribui com a realização dessas políticas. O objetivo é evidenciar custo total de implementação e manutenção da política pública.

Apesar de ser considerada um ganho de transparência, a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio **não foram consideradas para fins de apuração do desempenho físico e orçamentário das ações governamentais**. Nesse sentido, o desempenho físico e orçamentário consolidado das ações, segundo intervalos de desempenho físico e orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas e a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio.

Entende-se por despesa de pessoal e auxílios a programação e execução das despesas: no Grupo de Despesa 1 (Pessoal e Encargos Sociais), com exceção do IPU 9 (Recursos Recebidos para Precatórios e Sentenças Judiciais); em todos os itens do elemento 34 (Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização); e no IPU 7 (Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento).

Importante mencionar que a metodologia foi adotada por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, com exceção das empresas pertencentes ao Orçamento de investimento, o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais e as seguintes ações: 7024 - Pensões aos Assistidos e Pensionistas do Plano De Previdência Complementar Minascaixa RP-2, 7441 - Pensões Especiais e Indenizações de Responsabilidade do Poder Executivo Estadual e 7007 - Proventos de Inativos Militares. Além disso, os órgãos e entidades dos Outros Poderes também não adotaram a metodologia.

Por sua vez, o **Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação** evidencia para cada ação, a

**"Situação Orçamentária", o "Desempenho Consolidado"** (segundo relatado acima), a **"Análise da Execução"** e as **"Informações de Situação"**, conforme explicitado a seguir.

A seção **"Situação Orçamentária"** demonstra a execução orçamentária detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção são obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Já a seção **"Análise da Execução"** apresenta um quadro resumo da execução da ação, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário em confronto com as metas estabelecidas no PPAG (crédito inicial), as metas programadas até o período, bem como as metas reprogramadas (crédito autorizado).

Por fim, a seção **"Informações de Situação"** demonstra as informações qualitativas registradas pelo órgão/entidade acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação, desdobrando-se nos campos "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

O campo **"Justificativa de desempenho"** apresenta as informações quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo: informar obrigatoriamente as causas que determinaram o status crítico ou subestimado das dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário da ação.

Já o campo "Outras informações de situação" detalha os principais resultados e entregas da ação; motiva as alterações orçamentárias ocorridas; justifica o lançamento de dados estimativos e motiva a não regionalização da execução física ou orçamentária.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol				

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA

UO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (04031)

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Dezembro % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Dezembro % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Dezembro (A/B)	Farol
<b>Programa: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (0706)</b>						
GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC (2025)	83,57		93,32		0,90	
AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES (2055)	100,00		100,00		1,00	
OBRAS E GESTÃO PREDIAL (2091)	66,67		95,07		0,70	
FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS (2109)	98,84		106,51		0,93	
PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO (4395)	116,64		77,43		1,51	

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO

Programa: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (0706)

## Ação: GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC (2025)

Produto: ATIVO DE TIC IMPLANTADO Unid. de Medida: ATIVO OU SERVIÇO DE TIC

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.60.1	0,00	17.505.240,00	2.104.633,54	2.104.633,54	15.400.606,46	12,02	12,02
3.77.1	97.261.590,00	97.261.590,00	83.260.230,56	83.260.230,56	14.001.359,44	85,60	85,60
4.47.1	3.709.114,00	3.709.114,00	0,00	0,00	3.709.114,00	0,00	0,00
4.60.1	30.000.000,00	36.439.591,00	35.550.566,71	35.550.566,71	889.024,29	97,56	97,56
4.77.1	38.855.019,00	38.855.019,00	37.568.816,85	37.568.816,85	1.286.202,15	96,69	96,69
<b>TOTAL</b>	<b>169.825.723,00</b>	<b>193.770.554,00</b>	<b>158.484.247,66</b>	<b>158.484.247,66</b>	<b>35.286.306,34</b>	<b>81,79</b>	<b>81,79</b>

Dados atualizados até Dez/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
83,57		93,32		0,90	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E)
Físico	2.575	2.152	2.575	2.575	2.152	2.152	83,57	100,00	83,57	83
Orçamentário	169.825.723,00	193.770.554,00	169.825.723,00	169.825.723,00	158.484.247,66	158.484.247,66	93,32	81,79	93,32	93

## Ação: AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES (2055)

Produto: PESSOA BENEFICIADA Unid. de Medida: PESSOA

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.60.1	36.978.362,00	36.978.362,00	36.978.362,00	36.978.362,00	0,00	100,00	100,00
3.60.7	61.118.726,00	61.118.726,00	61.118.726,00	61.118.726,00	0,00	100,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>98.097.088,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Dados atualizados até Dez/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
100,00		100,00		1,00	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E)
Físico	21.760	21.760	21.760	21.760	21.760	21.760	100,00	100,00	100,00	100
Orçamentário	98.097.088,00	98.097.088,00	98.097.088,00	98.097.088,00	98.097.088,00	98.097.088,00	100,00	100,00	100,00	100

## Ação: OBRAS E GESTÃO PREDIAL (2091)

Produto: UNIDADE CONSTRUÍDA/ REFORMADA/ AMPLIADA Unid. de Medida: INTERVENÇÃO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Crédito autorizado Saldo de crédito Empenhado / Liquidado / cré

G.F.P	Crédito inicial (A)	(B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	(B-C)	crédito autorizado - % (C/B)	autorizado - % (D/B)
3.60.1	10.000.000,00	10.000.000,00	5.580.018,61	5.580.018,61	4.419.981,39	55,80	55
3.77.1	90.767.427,00	90.767.427,00	83.951.020,44	83.951.020,44	6.816.406,56	92,49	92
4.77.1	301.215.714,00	301.215.714,00	288.191.210,30	288.191.210,30	13.024.503,70	95,68	95
5.60.1	90.000.000,00	90.000.000,00	90.000.000,00	90.000.000,00	0,00	100,00	100
<b>TOTAL</b>	<b>491.983.141,00</b>	<b>491.983.141,00</b>	<b>467.722.249,35</b>	<b>467.722.249,35</b>	<b>24.260.891,65</b>	<b>95,07</b>	<b>95</b>

Dados atualizados até Dez/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
66,67		95,07		0,70	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E)
<b>Físico</b>	18	18	18	18	12	12	66,67	66,67	66,67	66
<b>Orçamentário</b>	491.983.141,00	491.983.141,00	491.983.141,00	491.983.141,00	467.722.249,35	467.722.249,35	95,07	95,07	95,07	95

## Justificativa de desempenho Jan-Dez

Existem pendências de TRP's por conta das contratadas estarem em falta em algum ajuste ou entrega, mas a parte orçamentária foi satisfatória.

## Ação: FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS (2109)

Produto: APROVAÇÃO EM AÇÃO EDUCACIONAL Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.60.1	0,00	300.000,00	299.851,92	299.851,92	148,08	99,95	99
3.77.1	4.420.877,00	4.420.877,00	4.408.886,42	4.408.886,42	11.990,58	99,73	99
<b>TOTAL</b>	<b>4.420.877,00</b>	<b>4.720.877,00</b>	<b>4.708.738,34</b>	<b>4.708.738,34</b>	<b>12.138,66</b>	<b>99,74</b>	<b>99</b>

Dados atualizados até Dez/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
98,84		106,51		0,93	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E)
<b>Físico</b>	65.000	65.000	65.000	65.000	64.245	64.245	98,84	98,84	98,84	98,
<b>Orçamentário</b>	4.420.877,00	4.720.877,00	4.420.877,00	4.420.877,00	4.708.738,34	4.708.738,34	106,51	99,74	106,51	106

## Ação: PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO (4395)

Produto: PROCESSO BAIXADO Unid. de Medida: PROCESSO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.24.1	36.303,00	59.017,00	39.522,63	39.522,63	19.494,37	66,97	66
3.60.1	557.848.133,00	539.981.527,88	337.137.336,51	337.137.336,51	202.844.191,37	62,43	62
3.60.2	121.781.460,00	121.781.460,00	109.025,30	109.025,30	121.672.434,70	0,09	0
3.61.1	35.408.824,00	35.408.824,00	35.408.824,00	35.408.824,00	0,00	100,00	100
3.70.1	605.160,00	605.160,00	393.073,02	393.073,02	212.086,98	64,95	64
3.77.1	905.868.292,00	905.868.292,00	892.884.036,67	892.884.036,67	12.984.255,33	98,57	98

4.47.1	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	2.800.000,00	0,00	
4.60.1	27.525.059,00	21.085.468,00	9.681.802,54	9.681.802,54	11.403.665,46	45,92	45
4.77.1	17.126.131,00	17.126.131,00	16.628.327,42	16.628.327,42	497.803,58	97,09	97
<b>TOTAL</b>	<b>1.668.999.362,00</b>	<b>1.644.715.879,88</b>	<b>1.292.281.948,09</b>	<b>1.292.281.948,09</b>	<b>352.433.931,79</b>	<b>78,57</b>	<b>78</b>

Dados atualizados até Dez/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
116,64		77,43		1,51	

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/
<b>Físico</b>	2.641.763	3.086.860	2.641.763	2.641.763	3.081.414	3.081.414	116,64	99,82	116,64	116
<b>Orçamentário</b>	1.668.999.362,00	1.644.715.879,88	1.668.999.362,00	1.668.999.362,00	1.292.281.948,09	1.292.281.948,09	77,43	78,57	77,43	77,

#### Justificativa de desempenho Jan-Dez

Quando da realização da programação física, não estavam disponíveis os dados referentes ao 2º Grau de jurisdição, o que contribuiu para que a estimativa se revelasse inferior ao efetivamente realizado, resultando na necessidade de reprogramação.

#### Outras informações de situação: 6º bimestre

Para o ano de 2023 foi solicitada abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, Lei 24.492, de 13/09/2023, com alterações na ação orçamentária 4395, no montante R\$24.283.482,12.